

IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE O SETOR INDUSTRIAL CATARINENSE

*Lauro Mattei**

*Matheus Rosa***

Resumo: O principal objetivo do artigo foi analisar os impactos da COVID-19 sobre o desempenho da indústria catarinense, tomando-se como referência o comportamento da indústria nacional. Após breve discussão do processo de desindustrialização em curso no país, discute-se o desempenho da indústria brasileira na década de 2010 para, na sequência, analisar os impactos da COVID-19, tanto no Brasil como em Santa Catarina. De forma similar, o artigo concluiu que os setores produtivos de bens de capital e de bens de consumo duráveis foram os mais afetados e que a produção física acumulada no ano de 2020 continua negativa, tanto no Brasil como no estado de Santa Catarina, porém em níveis mais elevados no último caso.

Palavras-chave: Brasil; Santa Catarina; Indústria; Impactos da Covid-19.

IMPACTS OF THE PANDEMICS ON THE INDUSTRIAL SECTOR IN THE STATE OF SANTA CATARINA

Abstract: The main objective of the article is to analyze the impacts of COVID-19 on the performance of the Santa Catarina State industry, taking as a reference the behavior of the national industry. After a brief discussion of the deindustrialization process underway in the country, the behavior of Brazilian industry in the decade of 2010 is discussed, in order to subsequently analyze the impacts of COVID-19, both in Brazil and in Santa Catarina State. Similarly, the article concluded that the productive sectors of capital goods and durable consumer goods were the most affected and that the accumulated production level in 2020 remains negative, both in Brazil and in the state of Santa Catarina, however in higher levels in the last case.

Keywords: Brazil; Santa Catarina State; Industry; COVID-19 Impacts.

INTRODUÇÃO

O processo de perda relativa da participação industrial na produção agregada da economia brasileira tem origem no esgotamento do modelo de substituição de importações, na crise da dívida externa da década de 1980 e na política de liberalização econômica da década de 1990. Com a reestruturação produtiva implementada a partir de

* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Coordenador Geral do Necat/UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

** Estudante de Economia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (Necat/UFSC). E-mail: matheusrosa.contato@outlook.com.

então, além das facilidades para entrada e saída de capitais estrangeiros, foram criadas as condições que acabaram potencializando, de maneira mais expressiva, a desindustrialização do país nas duas décadas seguintes.

O crescimento da economia brasileira verificado entre 2003-2008 começou a ser interrompido com a emergência da crise financeira mundial, sobretudo em 2009. Em grande medida, esse crescimento estava assentado no “boom das commodities”, estimulado pelo crescimento vigoroso da demanda chinesa. Quando a crise se tornou sistêmica, começaram a ocorrer quedas do superávit comercial do país. Esse fato colocou em discussão a forma de inserção do Brasil no comércio internacional, além de colocar em questão também o tipo de bens e produtos que estavam sendo exportados. A partir de então ganharam espaço diversos estudos sobre a estrutura de produção industrial brasileira neste novo cenário mundial.

É neste contexto que os temas da reprimarização e da desindustrialização estão sendo debatidos. Neste caso, um dos aspectos relevantes a se observar é o conteúdo tecnológico presente nos fluxos comerciais do país e seus possíveis efeitos sobre a estrutura produtiva, especialmente na esfera industrial. Dados agregados da economia brasileira desde o início do século XXI têm revelado um padrão de inserção do país no comércio externo que poderá comprometer, no longo prazo, a competitividade e o dinamismo econômico.

De um modo geral, observa-se que esse processo revelou a existência de uma crise no setor industrial que está se generalizando, sobretudo nos ramos tradicionais (setores mais intensivos em tecnologia), os quais vêm enfrentando dificuldades para competir, tanto no mercado interno como externo, devido ao baixo grau de incorporação tecnológica. Esse fato conduz a uma baixa competitividade da indústria de transformação e provoca perda de dinamismo do conjunto da economia, uma vez que a falta de ganhos de produtividade industrial impede um crescimento do PIB a patamares mais elevados.

Neste cenário o país corre o risco de apresentar uma especialização produtiva primária assentada na produção de bens agropecuários e produtos extrativos minerais, concomitantemente com uma desestruturação do setor secundário, dada a baixa capacidade de desenvolvimento tecnológico do setor industrial, especialmente do ramo da indústria de transformação. A somatória desses dois fatores poderá ter impactos bastante negativos sobre o desenvolvimento econômico e social do conjunto da nação.

Com isso, pode-se afirmar que a pandemia atual decorrente do novo coronavírus tem contribuído para desnudar ainda mais a temática da desindustrialização, isto porque se tornou visível para o conjunto da sociedade o elevado grau da dependência externa da produção industrial de diversos produtos, como foram os casos recentes de equipamentos médico-hospitalares, especialmente de máscaras cirúrgicas e de ventiladores pulmonares.

Neste sentido, o objetivo desse artigo é analisar os impactos da COVID-19 sobre a indústria catarinense, à luz do que vem ocorrendo com o setor industrial no âmbito do país. Para tanto, o texto é composto por mais seis seções, além dessa breve introdução. Na primeira delas apresenta-se uma rápida síntese da literatura sobre a desindustrialização do país. A segunda seção discute o desempenho da indústria brasileira na década de 2010, enquanto a terceira analisa o cenário desse setor anteriormente ao início da pandemia. A quarta seção mostra os principais impactos da pandemia no setor industrial do país, enquanto a seção seguinte analisa os impactos da Covid-19 na indústria catarinense. Finalmente, a sexta seção apresenta as considerações finais do trabalho, procurando elencar alguns dos principais desafios para esse setor produtivo.

1. BREVE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Palma (2014), a trajetória do processo de desindustrialização na América Latina se acentuou após as reformas econômicas realizadas na década de 1990. Em função disso, o autor destaca as quatro fontes responsáveis pela desindustrialização, a saber: 1) uma relação U invertida entre o emprego industrial e a renda *per capita*, ou seja, o emprego industrial cai quando o país obtém certo nível de renda *per capita*; 2) o declínio da relação entre renda *per capita* e emprego industrial; 3) mudanças na renda *per capita* correspondente ao ponto de inflexão, ou seja, quando a renda caiu de US\$ 21 mil nos anos de 1980 para aproximadamente US\$ 10 mil nos anos de 1990; 4) Doença Holandesa, que geralmente ocorre devido aos seguintes motivos: descoberta de recursos naturais; desenvolvimento de serviços de exportação (turismo, finanças, etc.); e mudanças estruturais nas economias.

Para esse autor, na América Latina, o Brasil e mais três países (Argentina, Uruguai e Chile) passaram a apresentar um importante processo de desindustrialização após as reformas estruturais de 1990, sendo que a principal diferença entre esses países em relação aos países asiáticos foi o processo de transição entre o modelo de substituição de

importações e as reformas econômicas, não havendo na América Latina uma transição combinada entre as reformas e a dinâmica do processo industrial.

No caso particular do Brasil, diferentemente do verificado nas economias desenvolvidas em que a perda da participação industrial se reverte, como consequência própria do desenvolvimento econômico, em incremento de atividades especializadas no setor de serviços (ROWTHORN; RAMASWAMY, 1999), esse processo se expressou pela concentração da produção no setor primário, caracterizando uma dinâmica simultânea de desindustrialização e reprimarização (OREIRO, 2012).

Já Oreiro e Marconi (2014) afirmam que a desindustrialização brasileira não é uma decorrência natural do processo de desenvolvimento do país, mas que apresenta um caráter precoce que decorre também da política cambial adotada pelos governos. Além disso, destacam que a desindustrialização brasileira assume esse caráter precoce, comparativamente aos países desenvolvidos, porque o Brasil começou a se desindustrializar com um nível de renda *per capita* muito inferior ao nível de renda desses países. Por fim, enfatizam que ao longo das últimas décadas a desindustrialização do país vem sendo acompanhada por uma reprimarização da pauta exportadora, sendo que a apreciação da taxa de câmbio real se transformou em um dos principais fatores que explicam a perda de competitividade da indústria de transformação do país.

Em grande medida, esses fatos estão ocorrendo porque o Brasil não completou o caminho de sua industrialização, diferentemente de outros países. Neste caso, a Coreia do Sul talvez possa ser considerada o melhor exemplo de um país bem sucedido do ponto de vista da transição de uma economia agrária para uma economia industrial, uma vez que no início do século XXI tal nação se situa no seleto grupo de países do mundo considerados os mais avançados tecnologicamente. Segundo Zagato e Augusto (2020), a política industrial desse país adotada ainda na década de 1970 foi capaz de promover avanços tecnológicos a partir da escolha de setores estratégicos que seriam beneficiados e incentivados. Segundo os autores, “o Estado não se limitou a dar incentivos a empresas, já que assegurou um sistema no qual apenas empresas privadas que apresentassem resultados continuariam a ser beneficiadas pelo setor público. Isso foi crucial para evitar o problema de *rent-seeking*, no qual empresas receberiam proteção sem contrapartidas de progresso tecnológico e de competitividade que o desenvolvimento econômico exige. Um dos grandes pontos fortes do Estado desenvolvimentista coreano foi sua grande capacidade de não apenas “escolher vencedores”, mas também “podar perdedores”, isso

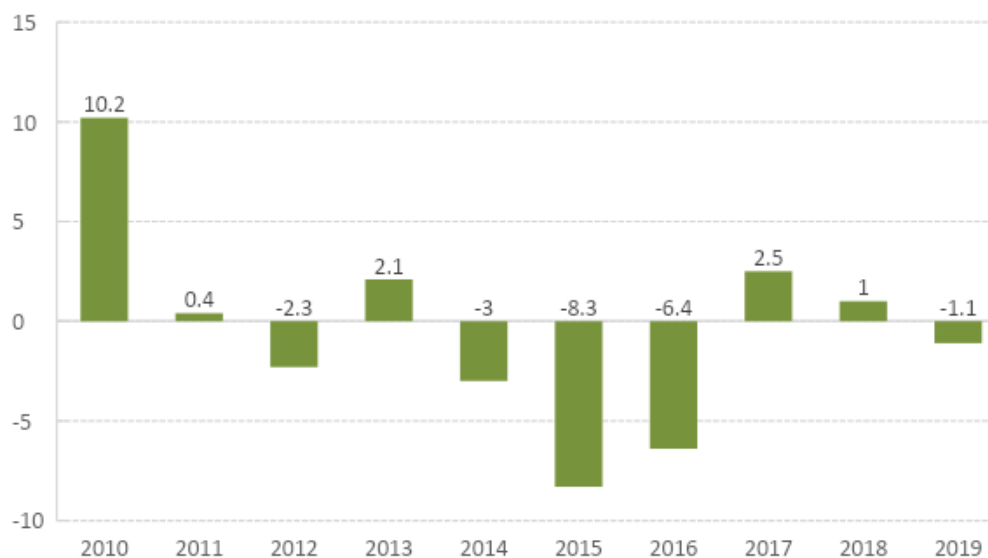
é, “não apenas conceder benefícios a empresas potencialmente capazes, mas também retirar benefícios a empresas que se mostrassem incompetentes” (ZAGATO; AUGUSTO, 2020, p. 2).

No Brasil, a lógica que prevalece é exatamente no caminho contrário ao exemplo anterior, uma vez que o país cada vez mais se especializa nas exportações de produtos de base natural – produção agrícola e extração mineral – com baixo valor agregado, ao mesmo tempo em que amplia sua dependência de importações de produtos de base tecnológica superior. O resultado são quedas sequenciais da participação da produção industrial na produção agregada do país, além de perdas sequenciais da participação do país na produção industrial global, além de perda de espaço nas exportações de produção manufaturada no mercado mundial.

2. O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2010

O desempenho global do setor industrial do país após o ano de 2010 foi extremamente precário, deixando visível a tendência de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira. Registre-se que o resultado positivo obtido no ano de 2010 - alta de 10,2% - só foi possível diante da recuperação das atividades econômicas do país como reação à brutal retração que ocorreu em 2009 provocada pela crise financeira global. Desta forma, nota-se que em todos os anos posteriores ocorreram quedas expressivas e/ou reações com pouca magnitude, as quais foram incapazes de compensar o processo contínuo de perdas.

Os dados do Gráfico 1 apresentam o desempenho da produção industrial entre os anos de 2010 e 2019, período em que, com exceção do primeiro ano da série, o desempenho da produção industrial do país foi extremamente crítico. Assim, nota-se que na primeira metade da década os resultados só não foram negativos devido ao desempenho verificado em 2010, conforme já comentado anteriormente. Nos anos seguintes (2011-2014) o resultado foi pífio, inclusive com um saldo acumulado negativo que já indicava a gravidade do setor no contexto produtivo do país.

Gráfico 1: Produção Industrial Anual do Brasil – variação em relação ao acumulado do ano anterior (2010 – 2019)

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

A partir de 2014, o problema da perda relativa da participação industrial na produção global do país tornou-se mais evidente à luz de diversos indicadores macroeconômicos que revelaram a existência de um forte processo de recessão econômica que tomou conta do país nos dois anos seguintes. Após uma queda de 3% na produção acumulada no período anterior, no ano de 2015 agravou-se ainda mais a queda da produção industrial, uma vez que o patamar de retração foi da ordem de 8,3%, maior percentual auferido desde o início da série histórica. Já em 2016 registrou-se uma nova retração de 6,4%, enquanto nos dois anos seguintes foram registrados saldos positivos, porém em percentuais bastante baixos que se revelaram incapazes de reverter a acentuada queda anterior. Por fim, em 2019 observou-se novamente saldo negativo da ordem de 1,1% no ano, fazendo com o desempenho da segunda metade da década de 2010 foi ainda pior que aquele verificado na primeira parte. Sem dúvida, esse conjunto de informações é revelador de um problema estrutural de grande dimensão que está em curso no seio da estrutura industrial do país.

Além disso, é importante ressaltar que essa queda no nível geral de produção industrial também revelou um agravante ainda maior, ou seja, a perda de competitividade desse setor, conforme pode ser verificado por meio do Quadro 1, que apresenta a variação percentual dos saldos obtidos pelas grandes categorias econômicas ao longo da década. Com isso, nota-se que as indústrias de Bens de Capitais e de Bens de Consumo Duráveis,

representantes da parcela industrial de maior complexidade e competitividade, foram aquelas que apresentaram as maiores retrações na década de 2010, registrando um recuo de 33,3% e 24,2%, respectivamente. Já o setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, mesmo com percentuais menores, também apresentaram resultados negativos. Portanto, esses indicadores revelam a profunda crise que está instaurada no setor industrial do país há mais de uma década.

Quadro 1: Variação da Produção Industrial do Brasil, por Grandes Categorias Econômicas (2010 – 2019)

| | |
|---|--------|
| Bens de Capital | -33,3% |
| Bens Intermediários | -15,6% |
| Bens de Consumo Duráveis | -24,2% |
| Bens de Consumo semiduráveis e não duráveis | -6,5% |

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Esse processo foi se agravando ainda mais no período recente, particularmente após a grande crise econômica iniciada em 2015, cujos efeitos ainda continuam afetando o nível de atividade e a produtividade do setor industrial do país. Em 2015 o setor industrial teve uma queda de 8,3%, a maior registrada até aquele momento. Já em 2016 a queda continuou, porém em um patamar um pouco menor, da ordem de 6,6%. Em ambos os anos as maiores quedas foram verificadas nas indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, quesitos essenciais para a competitividade industrial do país. A partir de 2017 e 2018, com crescimentos respectivos de 2,5% e 1,0%, observou-se o esboço de recuperação, o qual já foi interrompido na sequência, uma vez que a produção industrial voltou a apresentar queda de 1,1% em 2019. Os dados revelaram que a produção industrial encerrou tal ano com uma clara desaceleração, sobretudo porque a produção de dezembro de 2019 caiu em 1,2%, comparativamente à produção no mesmo mês do ano anterior.

A queda verificada em 2019 pode parecer pequena, todavia deve-se recordar que ela ocorreu a partir de um desempenho produtivo muito fraco, o qual refletia a perda de dinamismo e de competitividade de muitos setores. Portanto, é inegável que está em curso um processo de encolhimento da produção industrial do país, fato que por si só corresponde a um cenário de desindustrialização e de reprimarização cada vez mais forte, cujo indicador é a perda cada vez maior de participação da indústria de bens de capital no agregado produtivo industrial. Com isso, projeta-se uma tendência crescente do país

exportar cada vez mais matérias-primas de baixo valor agregado e importar bens tecnológicos de elevado valor, aumentando a dependência geral da nação.

Nesse sentido, o cenário em que a indústria brasileira iniciou o ano de 2020 não era nada favorável, tanto em função dos efeitos negativos decorrentes do processo de reestruturação produtiva que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990 como da crise anteriormente reportada em relação à década de 2010. Tais situações levaram a uma redução da participação relativa do setor no Produto Interno Bruto (PIB) do país, fato que pode ser mensurado tanto pela retração de indicadores da produção física como pela perda significativa da competitividade industrial no cenário global, uma vez que o espaço do Brasil na produção industrial mundial reduziu para 1,19% no ano de 2019.

3. BREVE CENÁRIO DO SETOR INDUSTRIAL ANTERIOR AO INÍCIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

É importante registrar que no início do presente ano a produção industrial deu apenas pequenos espasmos de crescimento, os quais já começaram a se esvaír a partir do mês de fevereiro, uma vez que nesse mês ocorreu um aumento de apenas 0,5% em relação ao mês de janeiro, já descontados os efeitos sazonais. De alguma forma, o aumento de 1,2% na produção industrial de janeiro compensou um pouco a queda acumulada, sobretudo nos últimos meses de 2019. Todavia, essa compensação foi limitada diante do fato de que o nível da produção no primeiro mês de 2020 ainda ficou quase 1% abaixo do verificado no mês de outubro de 2019.

No mês de fevereiro o ritmo da produção industrial do país se manteve em um patamar muito baixo. Por um lado, ocorreu uma queda de 0,4% em relação ao mês de fevereiro de 2019 e de 1,2% em relação ao acumulado dos últimos doze meses e, por outro, apenas uma pequena parte dos ramos de atividade industrial apresentou alguns avanços ainda que mínimos.

Com relação aos setores, observa-se que os bens de consumo duráveis apresentaram uma retração de 5,4% no período de janeiro-fevereiro de 2020 em relação a igual período do ano anterior, sendo que tal queda está diretamente ligada às retrações ocorridas na produção de automóveis e eletrodomésticos. Em parte, é possível que esses resultados negativos possam estar associados às interrupções verificadas na cadeia internacional de fornecedores que naquele momento já estava sendo impactada pelo novo coronavírus.

Já o macrossetor dos bens intermediários pode ser considerado a exceção, uma vez que apresentou aumento de 0,4% no período janeiro-fevereiro de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Em grande medida, esse desempenho decorre da alta de 2,5% observada no mês de fevereiro de 2020, uma vez que o desempenho foi negativo no primeiro mês de 2020 e nos dois últimos meses de 2019.

Finalmente, o macrossetor de bens de consumo semi e não duráveis e o de bens de capital apresentaram quedas em relação ao mesmo período do ano anterior. No primeiro grupo a retração foi puxado pelo desempenho negativo dos subsetores de vestuário, alimentos e combustíveis, enquanto que no caso de bens de capital observaram-se resultados negativos em todos os subsetores, problema que já está ocorrendo há muito tempo nesse macrossetor.

Neste sentido, é importante destacar os principais setores industriais que já estavam apresentando resultados negativos no início do ano de 2020, com destaque para: equipamentos eletrônicos e de informática (-5,8%); equipamentos de transportes (-8,7%), setor que acumulou uma redução de 17% desde novembro de 2019; manutenção e reparo de máquinas (-13,5); impressão e reprodução de gravações (-25,8%); máquinas e materiais elétricos (-3,6%); petróleo e biocombustíveis (-1,8%); etc. Com isso, observou-se que somente no setor de bens de consumo durável houve uma queda acumulada de 0,7%, enquanto no segmento de bens de capital a retração acumulada nos dois primeiros meses de 2020 foi de 0,6%.

Em síntese, pode-se dizer que o desempenho positivo de alguns setores no início de 2020 apenas compensaram parcialmente perdas acumuladas nos meses anteriores, sendo que o resultado geral do setor industrial já era negativo. Isso indicava claramente que os efeitos negativos da pandemia deveriam ter impactos expressivos na produção industrial do país.

De fato, essa situação já se agravou no mês de março, mesmo que os impactos do novo coronavírus sobre as atividades econômicas ainda não eram totalmente sentidos, uma vez que a pandemia não tinha se estabelecido no país de forma aguda e generalizada como vemos atualmente. Em primeiro lugar, destaca-se que a produção industrial recuou em 23 dos 26 ramos de atividades industriais considerados pelo IBGE. Com isso, o comportamento agregado mensal apresentou uma queda de 9,1% em relação ao mês anterior e de 3,8% em relação ao mês de março de 2019. Novamente, os bens de capital e de bens de consumo duráveis foram os mais afetados, demonstrando que a pandemia

viria a agravar ainda mais os setores industriais que já vinham apresentando resultados ruins nos últimos períodos. Dentre os setores, as maiores quedas foram verificadas da forma como segue: veículos automotores e carrocerias (28%); produtos de borracha e materiais plástico (12,5%); indústria de bebidas (19,4%); indústria de vestuário e acessórios (37,8%); artigos de viagens e calçados (31,5%), etc.

Foi nesse cenário de produção industrial bastante complexo e heterogêneo que os efeitos da COVID-19 passaram a incidir com toda sua força a partir do mês de abril, enfatizando-se, mais uma vez, que a produção industrial do país ainda não tinha se recuperada de forma consistente do grande tombo ocorrido no período entre 2014 e 2016.

4. OS IMPACTOS DA PANDEMIA NO SETOR INDUSTRIAL DO PAÍS

Como vimos na seção anterior, os dois primeiros meses de 2020 apresentaram pequenas variações positivas nos níveis de produção, as quais sequer chegaram a compensar as perdas dos últimos meses do ano anterior. Essas pequenas altas, quando comparadas aos mesmos meses do ano anterior, não representaram qualquer possibilidade de retomada de um nível maior de crescimento, conforme dados do Quadro 1. Com isso, em janeiro de 2020 observou-se uma retração de 0,9% em relação ao mesmo mês de 2019, enquanto em fevereiro registrou-se uma queda de 0,3%. Quando se analisa a variação percentual acumulada nos últimos 12 meses também foram registradas retrações de 1% em janeiro e de 1,2% em fevereiro. Isso significa que o comportamento da atividade industrial do país já sinalizava, mesmo antes do Brasil ser afetado pela pandemia provocada pelo novo coronavírus, uma tendência pessimista para o ano de 2020. É importante levar essas informações em consideração nas análises posteriores a esse período inicial, uma vez que as quedas da produção industrial não decorrem apenas da pandemia, dado que o setor industrial do país já se encontrava em um contexto de grandes fragilidades e debilidades.

Ainda de acordo com o Quadro 2, observa-se que no mês de março, quando a pandemia de fato se instalou no país, houve grandes efeitos sobre os indicadores da indústria, uma vez que a produção física registrou queda de 9,3% em relação ao mês imediatamente anterior. Já em relação ao mesmo mês no ano de 2019 ocorreu uma retração da ordem de -3,8%. No mês seguinte (abril) a queda continuou, porém com variação negativa de grande monta: em relação ao mês anterior a retração foi de 19,5%, enquanto o comparativo com abril de 2019 apresentou recuo de 27,5%. Indiscutivelmente, abril se configurou como o pior mês durante o período de pandemia.

Com isso, ao final desses dois meses o acumulado do ano foi de -8,3%, enquanto o comparativo dos últimos 12 meses registrou uma queda de 2,9%.

A partir de maio, as variações mês a mês da Produção Física já esboçavam um primeiro movimento de reação. Todavia, os dados comparados com os níveis de 2019 ainda demonstravam a disparidade decorrente do efeito pandemia. Em maio de 2020, mesmo que tenha ocorrido um aumento de 8,7% em relação ao mês anterior, a produção industrial foi 21,8% inferior ao registrado no mesmo mês de 2019 e com um resultado acumulado negativo de 11,3% para igual período do ano anterior. Junho e julho foram meses em que a produção se manteve em alta novamente, porém continuando com taxas negativas em relação ao mesmo mês do ano anterior da ordem de -8,8% e -2,7%, respectivamente. Da mesma forma, o acumulado no ano comparativamente ao mesmo período do ano anterior se manteve negativo ao nível de 10,9 e 9,6%, respectivamente.

Quadro 2: Variação mensal da atividade industrial no Brasil em 2020

| Mês | No mês (com ajuste sazonal) | Mesmo mês ano anterior | No ano | Doze meses |
|-----------|-----------------------------|------------------------|--------|------------|
| Janeiro | 1 | -0,9 | -0,9 | -1 |
| Fevereiro | 1 | -0,3 | -0,6 | -1,2 |
| Março | -9,4 | -3,8 | -1,7 | -1 |
| Abril | -19,5 | -27,6 | -8,3 | -2,9 |
| Maio | 8,7 | -21,8 | -11,3 | -5,4 |
| Junho | 9,6 | -8,8 | -10,9 | -5,6 |
| Julho | 8,6 | -2,7 | -9,6 | -5,6 |
| Agosto | 3,6 | -2,5 | -8,6 | -5,7 |
| Setembro | 2,6 | 3,4 | -7,2 | -5,5 |

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

No mês de agosto o ritmo de crescimento se reduziu para 3,6% em relação ao mês anterior, o que contribuiu para reduzir o acumulado no ano para -8,6%. Mesmo assim, esse resultado continua negativo em relação ao mesmo mês do ano anterior em 2,5%. Já em setembro a indústria cresceu 2,6% em relação ao mês anterior e 3,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Segundo o IBGE (2020), os resultados positivos apresentados nos meses de maio a setembro foram decisivos para eliminar as perdas expressivas sofridas nos meses de março e abril. Com isso, a partir do mês de setembro a atividade industrial do país se encontra levemente superior ao patamar do mês de fevereiro de 2020, quando o país ainda não tinha sido afetado pela COVID-19. Além disso, afirma-se que o crescimento de 3,4%

no mês de setembro interrompeu uma sequência de resultados negativos e que esse percentual de aumento registrado no último mês da série teve um perfil generalizado de crescimento, ao alcançar todos os macrossetores e 22 dos 26 ramos pesquisados.

Todavia, é importante destacar que nesse comparativo é preciso levar em consideração que os níveis de produção ao final de 2019 eram baixos e expressavam um quadro de fraco desempenho desde os princípios da crise econômica. Portanto, os efeitos da pandemia sobre o nível de produção industrial apenas enaltecem um quadro complexo e preocupante do setor que, sem dúvida, ainda está longe de atingir o patamar anterior à crise de 2014-2016, ou seja, o nível atual está estimado em 16% abaixo daquele verificado no referido período.

Por isso, também é relevante analisar como tem sido o desempenho acumulado em 2020 das grandes categorias econômicas da indústria brasileira, conforme Tabela 1. Inicialmente, nota-se uma queda expressiva das indústrias de Bens de Capitais apresentou resultados positivos nos meses de julho (15,8%), agosto (4,7%) e setembro (7%). Mesmo assim, esse macrossetor ainda foi negativo em 2% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, ao mesmo tempo em que apresentou resultado negativo de 17,9% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Já a grande categoria de Bens de Consumo Duráveis também apresentou resultados positivos nos meses de julho (34,7%), agosto (11%) e setembro (10,7%). Com isso, esse macrossetor ficou positivo em 2,2% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, porém apresentou resultado negativo de 26,7% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 1: Variação da Produção Industrial do Brasil, por Grandes Categorias Econômicas, acumulado de 2020

| | |
|---|--------|
| Bens de Capital | -17,9% |
| Bens Intermediários | -3,1% |
| Bens de Consumo Duráveis | -26,7% |
| Bens de Consumo semiduráveis e não duráveis | -7,6% |

Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Quanto ao macrossetor dos Bens Intermediários, verifica-se que também apresentou resultados positivos nos meses de julho (10,5%), agosto (2,2%) e setembro

(1,3%). Com isso, esse macrossetor ficou positivo em 5,5% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, porém apresentou resultado negativo de 3,1% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por fim, a grande categoria econômica dos bens de consumo semi e não duráveis também apresentou resultados positivos nos meses de julho (5,1%), agosto (1,4%) e setembro (3,7%). Com isso, esse macrossetor ficou positivo em 1,8% no mês de setembro de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior, porém apresentou resultado negativo de 7,6% no acumulado do ano de 2020 (janeiro-setembro) em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Gráfico 2 apresenta a desagregação desses macrossetores por ramos de atividades industriais, destacando-se que no mês de setembro 22 dos 26 ramos pesquisados apresentaram resultados positivos. Mesmo assim, 42% dos ramos de atividade permanecem com nível de produção abaixo do verificado no mês de fevereiro de 2020. Já em relação ao acumulado do ano, verifica-se que apenas 6 ramos apresentam resultados positivos, com destaque para produtos do fumo (7,4%), produtos alimentícios (5,8%), derivados de petróleo e biocombustíveis (4,5%), produtos de limpeza, perfumaria e higiene pessoal (3,9%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (2,1%) e celulose, papel e produtos de papel (0,9%). Quanto ao crescimento dos produtos alimentícios esse aumento é perfeitamente compreensível uma vez que a demanda do setor foi praticamente contínua durante a pandemia. Já o crescimento da demanda de produtos de higiene provavelmente deve estar associado aos efeitos da pandemia, além do fato de que os cuidados de higiene da vida cotidiana também permaneceram durante a pandemia.

Quanto aos segmentos que apresentaram resultados negativos, destacamos aqueles com contribuição acumulada acima de 10%: impressão e reprodução de gravações (-37,9%), veículos, automotores e carrocerias (-37%), artigos de vestuário e acessórios (-31,8%), couros, artigos de viagem e calçados (-28,5%), outros equipamentos de transporte (-31,2%), produtos diversos (-20,3%), manutenção de máquinas e equipamentos (-17,4%), produtos têxteis (-14%), metalurgia (-12,9%), móveis (-8,3%).

Em síntese, esses dados da produção física dos primeiros nove meses de 2020 revelam, ao mesmo tempo, a continuidade de uma tendência de baixo desempenho de diversos setores industriais, que tem origem no contexto de crise que se arrasta há quase uma década, e a emergência de novas particularidades decorrentes da pandemia de COVID-19. Isso porque, mesmo diante de resultados muito favoráveis em diversos ramos

nos últimos meses, esse movimento de retomada se mostrou insuficiente para eliminar os efeitos da pandemia em importantes setores industriais. Portanto, uma retomada mais forte da produção industrial neste momento é essencial para o país, especialmente em termos de geração de emprego e de geração de receitas para as administrações públicas que estão enfrentando sérios desafios decorrentes da pandemia.

Gráfico 2: Produção Física Industrial acumulado em 2020, por seções e atividades industriais



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Em síntese, é importante ressaltar os resultados positivos obtidos no mês de setembro em relação ao mesmo mês do ano anterior, uma vez que é a primeira vez que isso ocorre desde o mês de outubro de 2019. Mas o fato concreto que o desempenho acumulado nos primeiros nove meses de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, continua negativo para todas as grandes categorias econômicas. Em grande medida, esses resultados decorrem da forte queda na utilização da capacidade instalada durante os meses agudos da pandemia.

5. OS IMPACTOS DA COVID-19 NA INDÚSTRIA CATARINENSE EM 2020

5.1. A situação da indústria catarinense antes do início da pandemia

O Gráfico 3 apresenta a evolução da produção industrial catarinense desde o segundo semestre de 2018, destacando-se que a trajetória produtiva já vinha apresentando importantes oscilações e com fraco desempenho, ainda que na média o estado se situasse em um patamar ligeiramente superior ao resultado do conjunto da produção industrial do país.

No ano de 2019, observa-se novamente um desempenho pífio, uma vez que a produção industrial catarinense apresentou importantes resultados negativos, especialmente no período entre os meses de maio e agosto, e resultados ligeiramente negativos também nos dois meses finais do respectivo ano. Os cinco meses de 2019 com resultados positivos foram bastante tímidos e sequer foram suficientes para compensar os períodos de baixa produção. Com isso, pode-se dizer que no ano de 2019 a produção da indústria catarinense esteve praticamente estagnada.

Gráfico 3: Produção Física Industrial em SC - Variação (%) no mês (com ajuste sazonal) – 24 meses



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

5.2. O cenário da indústria catarinense durante a pandemia

A trajetória da indústria de Santa Catarina no ano de 2020, em linhas gerais, tem acompanhado as variações observadas no setor industrial nacional. Como ilustra o Quadro 3, nos dois primeiros meses foram registradas pequenas variações positivas,

sendo 0,8% em janeiro e 1,4% em fevereiro. O comportamento da indústria catarinense, portanto, assim como no restante país, não apresentava naquela oportunidade nenhum sinal de retomada para um nível mais elevado de crescimento no período que antecedeu a eclosão da pandemia da COVID-19.

Todavia, a partir de março a pandemia causou fortes impactos, fazendo com que a variação da produção física industrial caísse 18,5% em relação ao mês anterior. No mês de abril ocorreu nova queda, porém em menor magnitude (-14,5%). Já nos meses seguintes (maio, junho e julho) houve uma mudança na trajetória, uma vez que os resultados mensais passaram a ser positivos da ordem de 8,8%, 10,5% e 10,6%, respectivamente. No entanto, tal recuperação não foi suficiente para recompor as perdas ocorridas nos meses de março e abril. Já os meses de agosto e setembro, apesar de continuarem mostrando resultados positivos, apresentaram uma desaceleração do ritmo de crescimento industrial. Com isso, o comparativo do desempenho acumulado em 2020 em relação ao mesmo período de 2019 continuou segue negativo da ordem de 9,7%.

Quadro 3: Produção Física Industrial em Santa Catarina em 2020

| Mês | No mês (com ajuste sazonal) | Mesmo mês ano anterior | No ano | Doze meses |
|-----------|-----------------------------|------------------------|--------|------------|
| Janeiro | 0,8 | -0,5 | -0,5 | 2,1 |
| Fevereiro | 1,4 | 1,8 | 0,7 | 1,9 |
| Março | -18,5 | -16,1 | -5,3 | 0,3 |
| Abril | -14,5 | -31,1 | -11,9 | -2,6 |
| Maio | 8,8 | -28,6 | -15,6 | -6,6 |
| Junho | 10,5 | -12,4 | -15,0 | -7,5 |
| Julho | 10,6 | -5,1 | -13,5 | -8,0 |
| Agosto | 6,5 | -1,2 | -11,9 | -7,8 |
| Setembro | 4,5 | 7,6 | -9,7 | -7,6 |

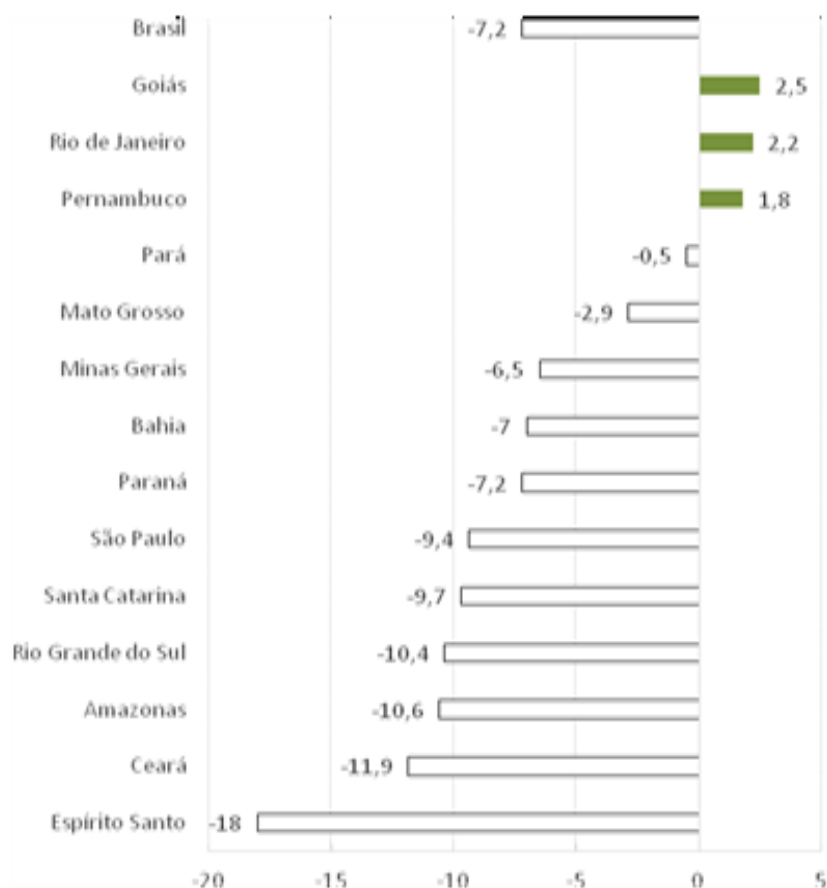
Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Ao se analisar a produção física industrial em cada mês de 2020 relativamente ao mesmo período do ano anterior, verifica-se que apenas em fevereiro houve uma variação positiva. Neste caso, o maior recuo aconteceu no mês de abril, quando foi registrada uma variação de -31,1% em relação ao mesmo mês de 2019. Até o mês de agosto esses resultados continuaram sendo negativos, sendo que o melhor desempenho desse indicador desde o início do impacto da pandemia ocorreu no mês de setembro de 2020 se verificou um resultado positivo de 7,6% em relação ao mesmo mês de 2019.

Cabe ressaltar que a variação no mês de setembro em relação ao mesmo mês anterior foi maior em Santa Catarina do que em nível nacional. Enquanto no Brasil a alta foi de 3,4%, em Santa Catarina o desempenho de setembro foi de 7,6%. Contudo, a variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior foi de -9,7%, enquanto a do Brasil ficou em -7,2%, indicando que o caminho que se retornar ao patamar de 2019 é mais longo no estado catarinense.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do resultado acumulado para o país e diversas unidades da federação até o mês de setembro 2020, ou seja, de janeiro a setembro de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior. Neste caso, observa-se que para o país esse percentual é negativo da ordem de 7,2%, sendo que apenas três unidades da federação (Goiás, Pernambuco e Rio de Janeiro) tiveram com saldo positivo, ao passo que todas as demais onze unidades da federação pesquisadas apresentaram saldo acumulado negativo.

Gráfico 4: Produção Física Industrial acumulado em 2020, por Unidade da Federação



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

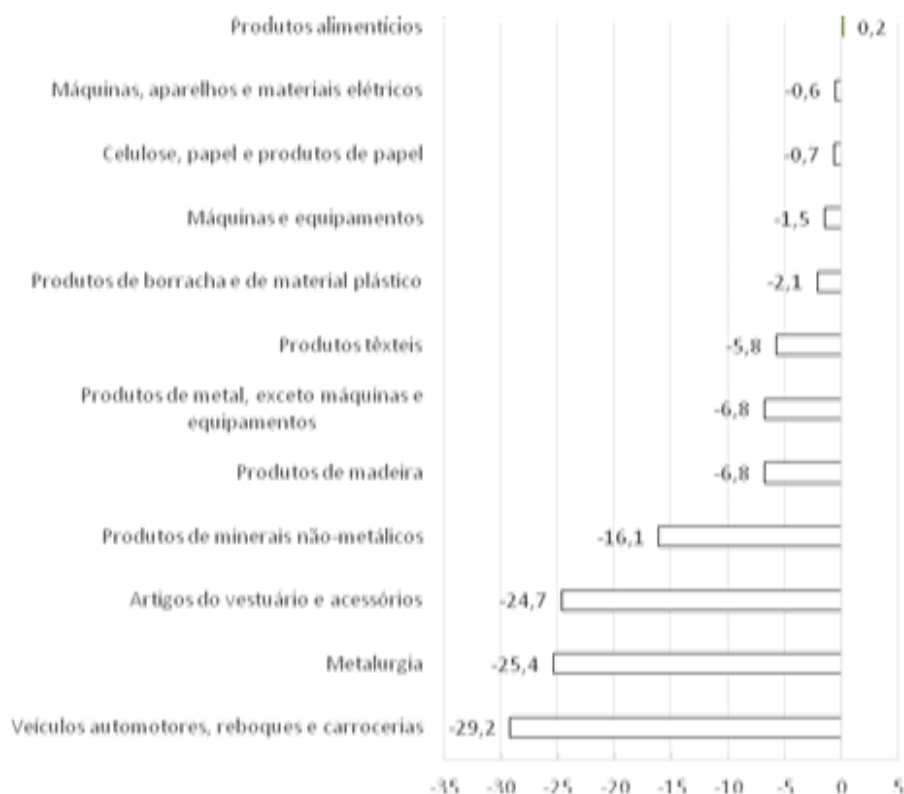
O estado de Santa Catarina apresentou um resultado negativo bastante expressivo, uma vez que se situou atrás de outros seis estados que também apresentaram desempenho acumulado negativo no período considerado. Assim, de acordo com as informações da PMS relativas às 14 Unidades da Federação, nota-se que o resultado da produção industrial acumulada catarinense superou apenas o desempenho dos estados do Espírito Santo (-18%), Ceará (-11,9%), Amazonas (-10,6%) e Rio Grande do Sul (-10,4%).

Além disso, quando se compara com o resultado acumulado do país (-7,2%), a situação continua sendo desfavorável para o estado catarinense (-9,7%). De alguma forma, esses percentuais estão indicando que os impactos da crise econômica e da pandemia incidiram de forma mais aguda na produção industrial de SC, comparativamente ao agregado do país.

Já o Gráfico 5 apresenta a produção física setorial no ano de 2020, tornando possível identificar os setores que mais afetaram a produção industrial acumulada no estado. De um modo geral, o cenário setorial é extremamente adverso, sendo que apenas o setor de Produtos Alimentícios apresentou uma taxa ligeiramente positiva, com variação de 0,2%. Todos os demais setores apresentaram taxas negativas, sendo a mais expressiva registrada no setor de Veículos automotores, reboques e carrocerias (-29,2%), Metalurgia (-25,4%), Artigos de vestuário e acessórios (-24,7%), Produtos minerais não-metálicos (-16,1%), Produtos de madeira (-6,8%), Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-6,8%) e Produtos têxteis (-5,8%). Embora com taxas menores, todos os demais setores também apresentam resultados acumulados negativos até o momento.

O acompanhamento do desempenho da indústria catarinense ao longo dos últimos anos tempo permitiu perceber que foram poucos os setores de atividades que apresentavam um desempenho adequado nos meses que antecederam ao início da pandemia. Mesmo tais setores, ao serem impactados pela pandemia, passaram a apresentar resultados negativos por diversos meses.

Gráfico 5: Produção física industrial acumulada por setores em Santa Catarina em 2020



Fonte: PIM-PF (IBGE, 2020); Elaboração: NECAT-UFSC.

Em linhas gerais, observa-se que em Santa Catarina as indústrias com pior desempenho foram exatamente aquelas concentradas nos setores de Bens de Capital e de Bens de Consumo Duráveis, fato que segue a mesma trajetória verificada no âmbito do país.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo ficou demonstrado que a indústria brasileira vem enfrentando sérios problemas estruturais há muito tempo. Com um processo cada vez mais expressivo de reprimarização de sua economia, verificam-se quedas sequenciais da participação da produção industrial na produção agregada do país, além de perdas sequenciais da participação do país na produção industrial global, bem como de perda de espaço do Brasil nas exportações de produção manufaturada no mercado mundial.

Na última década (2010-2019) a perda relativa da participação industrial na produção global do país tornou-se evidente, sendo bem mais visível durante o forte processo de recessão econômica que tomou conta do país entre 2014-2016. Durante esse período verificaram-se quedas da produção industrial que comprometeram o desempenho

do setor ao longo de toda década, uma vez que os resultados positivos nos últimos três anos (2017-2019) foram incapazes de reverter o cenário produtivo. Neste caso, os macrossetores industriais de Bens de Capitais e de Bens de Consumo Duráveis foram os mais afetados, apesar do setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis também ter apresentado resultados negativos.

Com isso, é importante destacar que o cenário da produção industrial do país no início de 2020 já era bastante incerto, mesmo antes da incidência dos efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus. Contudo, é inegável que a pandemia potencializou um processo de perdas generalizadas em praticamente todos os setores industriais. Esse “efeito pandemia” pode ser visualizado tanto em nível nacional quanto estadual, especialmente nas retrações da produção nos meses de março e abril - os dois primeiros meses após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil.

Em termos dos agregados setoriais, verifica-se que o saldo dos nove primeiros meses do ano reafirma a tendência de perdas nos setores mais competitivos, em especial naqueles setores que compõem as indústrias de Bens de Capital e de Consumo Duráveis. São justamente esses dois grupos que apresentam maiores dificuldades para retomar o nível de produção após os impactos mais expressivos da pandemia. Neste sentido, é importante frisar que os setores que registraram saldos positivos no acumulado do ano são justamente aqueles com maior nível de demanda contínua, particularmente os produtos alimentícios, ou aqueles que possuem atividades produtivas relacionadas, direta ou indiretamente, com demandas típicas do período de pandemia.

É importante registrar, ainda, que esse cenário acabou sendo agravado pelas medidas de política econômica adotada pelo governo federal que, na essência, produziram poucos efeitos no sentido de mitigar o problema. Ao contrário, no caso das micro, pequenas e médias empresas, que são aquelas que mais geram empregos, se verificou um total descrédito das ações governamentais, uma vez que esses segmentos empresariais tiveram pouco acesso às linhas de crédito anunciadas exclusivamente para os mesmos. Com isso, além de ficar sem recursos para pagar custos fixos, especialmente com salários dos trabalhadores, tiveram que retrain suas atividades e, conseqüentemente, demitir parcelas expressivas de funcionários. E o resultado não poderia ser diferente: provocar a explosão do desemprego.

No caso particular de Santa Catarina, verifica-se que o desempenho da indústria é muito similar ao quadro nacional, uma vez que a recuperação verificada a partir do mês

de maio foi insuficiente para recompor as perdas sofridas em apenas dois meses. Com isso, notou-se que o estado catarinense obteve a quinta pior taxa acumulada de produção física dentre todas as unidades da federação no ano de 2020, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

Em grande medida, esse comportamento se deve, da mesma forma que na maioria das demais unidades da federação, ao fato de que os maiores impactos da pandemia ocorreram justamente nos grupos de bens de capital e de bens de consumo duráveis. Neste caso, verifica-se que as maiores perdas ocorreram nos setores de metalurgia; veículos automotores, reboques e carrocerias; produtos minerais não metálicos; e produtos têxteis. Apenas o setor da indústria de alimentos apresentou, ainda que tímidos, resultados positivos em praticamente todo o período de maior incidência da pandemia.

Todavia, tal desempenho não pode ser atribuído exclusivamente à pandemia, uma vez que nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 a produção industrial catarinense apresentou baixas taxas de crescimento, inclusive sem mostrar qualquer sinal de recuperação em relação aos níveis do ano anterior, que também não foram nada excepcionais. Já o período entre os meses de março e setembro mostrou dois comportamentos distintos: por um lado, altas taxas negativas em março (18,5%) e abril (14,5%) e, por outro, um lento processo de recuperação nos meses seguintes. Todavia, essa recuperação se mostrou incipiente para compensar as enormes perdas sofridas durante os dois meses mais agudos da pandemia. Com isso, o resultado acumulado dos primeiros nove meses de 2020 continua negativo.

Além disso, quando se compara com o resultado acumulado do país (-7,2%), a situação continua sendo desfavorável para o estado catarinense (-9,7%). De alguma forma, esses percentuais estão indicando que os impactos da crise econômica e da pandemia incidiram de forma mais aguda na produção industrial de SC, comparativamente ao agregado do país.

Esse cenário de incertezas na produção industrial do país e das unidades da federação recoloca alguns aspectos que deverão permear os debates futuros na área industrial. Isto porque, decorrente dos mais variados impactos da pandemia, reconfigurações das cadeias globais deverão ocorrer e impor novos desafios ao processo produtivo industrial do país. Com isso, fica claro que o Brasil necessita de uma nova estratégia econômica que seja capaz de estancar o processo de desindustrialização em curso desde o início dos programas de estabilização macroeconômica na década de 1990.

Para tanto, são necessárias revisões de todos os programas e políticas industriais, adequando-os aos novos tempos, particularmente do Programa Brasil Produtivo.

Além disso, é urgente enfrentar o problema dos diferenciais de produtividade entre os diversos segmentos produtivos, uma vez que tal diferencial entre pequenas, médias e grandes empresas continua sendo extremamente significativo, chegando a atingir o patamar de 50% entre o primeiro grupo em relação às grandes indústrias. A resultante é que a produtividade agregada do setor industrial se torna baixa e prejudica a competitividade do país no cenário internacional.

Soma-se a isso o fato de que o país precisa repensar a relação entre a elevada importação de insumos e a exportação limitada de produtos manufaturados. Isto porque o coeficiente de reexportação desses insumos é muito baixo, ou seja, o valor exportado agregado é muito baixo em relação aos custos de importação. Com isso, a posição do país em termos de coeficiente de exportações no cenário global é muito inferior em relação ao espaço ocupado pelo Brasil dentre as principais economias mundiais. Neste cenário, o tema da competitividade industrial do país é reposto, o qual não pode ficar restrito a uma simples discussão da carga tributária, como costumeiramente tem sido feito pelas entidades representativas do setor industrial.

Para tanto, dois aspectos são cruciais para aumentar a complexidade tecnológica do país e gerar maiores níveis de competitividade. Por um lado, é necessário ampliar o processo de inovação tecnológica dotando o setor de capacidades mínimas para acompanhar as principais tendências globais, tanto em termos tecnológicos como em termos de modelos de negócios. Por outro, é preciso ter em mente que a industrialização do país deve ser um processo articulado a um sistema produtivo que seja capaz de conformar cadeias produtivas que mobilizem segmentos locais, regionais e nacionais.

Por fim, é importante destacar que no momento em que as preocupações com o meio ambiente ocupam espaço central nas agendas políticas, são necessários pesados investimentos para modernizar o parque industrial na perspectiva de adequá-lo aos novos tempos. Por isso, os desafios são imensos diante do processo histórico que, no caso brasileiro, não seguiu a lógica observada em diversos sistemas econômicos mundiais. Isto porque no Brasil a industrialização, que sequer foi completada, acabou sendo seguida por um processo de reprimarização que deu impulso ao setor de serviços, o qual dificilmente terá condições de promover um crescimento de longo prazo sem um nível de demanda mais intenso do setor industrial.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal da Indústria (PIM)**, 2020.

_____. **Pesquisa Mensal da Indústria** – Produção Física Regional, 2020.

IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. **Carta IEDI**, n. 42. Disponível em: <www.iedi.org.br>. Acesso em: 17 nov. 2020.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. In: **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, 2010.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses equivocadas no debate sobre a desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. In: **Revista NECAT**, v. 3, n. 5, jan-jun/2014, p.24-48.

PALMA, J. G.. De-industrialization, premature de-industrialization and the *Dutch Disease*. In: **Revista NECAT**, v. 3, n. 5, jan-jun/2014, p. 7-23.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Growth, Trade, and Deindustrialization**. IMF Staff Papers, vol.46, n.1, march 1999.

ZAGATO, L.; AUGUSTO, F. **Chaebols, campeões nacionais e parasitas na Coreia do Sul**. 2020. Disponível em: <www.paulogala.com.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Recebido em 13 de novembro de 2020 e aceito em 22 de novembro de 2020.